

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.254.918 - SP (2018/0044731-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : GUIDO ANTONIO SARTORI BISSIERES
ADVOGADOS : ANTÔNIO CÉSAR ACHOA MORANDI - SP113910
VINICIUS MARCHETTI DE BELLIS MASCARETTI - SP250312
AGRAVANTE : DAN ENGER RUIZ
AGRAVANTE : LIV ENGER RUIZ
ADVOGADOS : RODRIGO JOSÉ MARCONDES PEDROSA OLIVEIRA - SP174940
ISABELLA DA SILVEIRA PEREZ CENSON E OUTRO(S) - SP350977
AGRAVADO : OS MESMOS
INTERES. : TECMATIZ QUIMICA INDUSTRIAL LTDA

EMENTA

PROCESSUAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TRANSFERÊNCIA DE COTAS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 10 DO NCPC E 4º DA LINDB. SÚMULA Nº 282 DO STF. PRETENSÃO RECURSAL FUNDADA NA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ OBJETIVA, FUNÇÃO SOCIAL E EQUILÍBRIO CONTRATUAL QUE É OBSTADA PELA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

GUIDO ANTONIO SARTORI BISSIERES (GUIDO) ajuizou embargos à execução contra DAN ENGER RUIS e LIV ENGER RUIZ (DAN e outro), tendo por objeto título exequendo relativo à alienação de cotas sociais entre os sócios de empresa falida.

A sentença de procedência do pedido dos embargos à execução foi confirmada pelo Tribunal estadual conforme acórdão assim ementado:

EMBARGOS À EXECUÇÃO Acolhimento Insurgência dos exequentes que não merece prosperar Inexigibilidade do crédito decorrente de contrato de cessão de quotas sociais Impossibilidade de compelir o adquirente de quotas de sociedade que estava prestes a falir a pagar o elevado preço convencionado pela venda (R\$ 800.000,00), pena de grave violação ao sinalagma contratual e a corresponsabilidade entre as prestações assumidas pelas partes Aplicação do princípio cogente do equilíbrio, ou justiça contratual. Verba honorária fixada adequadamente pelo Juízo a quo e que tampouco comporta alteração Sentença mantida Recursos não providos (e-STJ, fl. 247).

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 266/269).

DAN e outro interpuseram recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF, onde alegaram violação aos arts. 113, 315, 421 e 422 do CC/02 ; 10 do NCPC e 4º da LINDB, pelos seguintes fundamentos (1) ofensa aos princípios da boa-fé objetiva, função social e equilíbrio contratual pelo acórdão recorrido, pois desconsiderou *por completo o fato de que o cedente (pai dos Recorrentes) e cessionário tinham pleno conhecimento da situação financeira da Tecmatiz quando da celebração do contrato* (e-STJ, fl. 290); (2) ausente qualquer elemento que indique o contrário, o fato das partes terem encetado a compra e venda faz presumir que as quotas possuíam valor; (3) não foi dada oportunidade aos recorrentes para que pudessem discorrer ou provar a viabilidade do negócio ao tempo da cessão onerosa de quotas.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 347/353).

O Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre por (1) não ter sido demonstrada a infringência dos preceitos arrolados; (2) se aplicar a Súmula nº 7 do STJ.

DAN e outro ingressaram com agravo em recurso especial sustentando que (1) falta de fundamentação da decisão agravada; (2) ocorreu o prequestionamento da questão federal; (3) não se pretende o reexame de provas; (4) o acórdão recorrido vai contra a sua própria jurisprudência; (5) foi demonstrada a infringência dos artigos indicados.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 389/396).

É o relatório.

DECIDO

A irrisignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Dos arts. 10 do NCPC e 4º da LINDB,

Superior Tribunal de Justiça

No ponto, observa-se que os referidos preceitos não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem, ressentindo-se do necessário prequestionamento, pressuposto inafastável ao conhecimento do apelo nobre.

Acrescente-se, que é exigência contida na própria previsão constitucional de interposição do recurso especial que a matéria federal tenha sido decidida em única ou última instância.

Não basta à parte discorrer sobre o dispositivo legal que entende infringido. É imprescindível que a Corte recorrida tenha emitido juízo de valor sobre o referido preceito, o que não ocorreu na hipótese examinada mesmo com a oposição de embargos de declaração.

Sendo assim, é de rigor a aplicação, por analogia, da Súmula n.º 282 do STF.

Das alegações de (1) ofensa aos princípios da boa-fé objetiva, função social e equilíbrio contratual pelo acórdão recorrido, pois desconsiderou *por completo o fato de que o cedente (pai dos Recorrentes) e cessionário tinham pleno conhecimento da situação financeira da Tecmatiz quando da celebração do contrato* (e-STJ, fl. 290); (2) ausente qualquer elemento que indique o contrário, o fato das partes terem encetado a compra e venda faz presumir que as quotas possuíam valor

O Tribunal recorrido confirmou a sentença de procedência dos embargos à execução nos seguintes termos:

3. Segundo a decisão reproduzida às fls. 12/14 dos autos, a sociedade cujas quotas foram cedidas teve sua falência decretada em março de 2012, mas o termo legal da falência foi fixado nos noventa dias anteriores à data do primeiro protesto.

E consoante a decisão copiada às fls. 10/11 dos autos, o termo legal de falência remonta a 07 de julho de 2010, de modo que a cessão das quotas sociais ocorreu nesse período.

Foi justamente por esse motivo, aliás, que a mesma decisão reconheceu a ineficácia do negócio perante a sociedade e determinou a restituição à falida dos valores recebidos por Inácio Ruíz em virtude da venda.

Embora a decisão reproduzida às fls. 10/11 dos autos não o tenha dito de maneira expressa, aparentemente o pagamento pelas quotas ocorreu com recursos pertencentes à falida. Além disso, basta uma simples leitura do contrato de cessão de quotas sociais para verificar que entre as garantias previstas para o recebimento do preço, houve a “instituição de alienação fiduciária sobre os equipamentos que integram os ativos químicos industriais” da sociedade (cf. cláusula 4.1, b fls. 43).

Superior Tribunal de Justiça

Ou seja, a sociedade requerida figurou como interveniente no contrato de cessão, e garantidora do pagamento do preço das quotas cedidas, através da propriedade fiduciária instituída sobre seus equipamentos arrolados no anexo A do contrato (fls. 53/84). Evidente que a garantia não podia subsistir em face da falida, de modo que o Juiz competente com acerto reconheceu a ineficácia do contrato perante a sociedade.

4. De qualquer forma, impende salientar que mesmo em relação às partes contratantes o pagamento do preço tornou-se inexigível. Afinal, a coisa alienada não era boa, e por fato anterior ao contrato, perdeu por completo a expressão econômica.

Como se sabe, os elementos essenciais do contrato de compra e venda são o preço, a coisa e o consentimento. Lembra Agostinho Alvim que “a compra e venda reputa-se perfeita desde que haja coisa, preço e consentimento: res, praetium et consensus” (cf. Da compra e venda e da troca, Ed. Forense, 1961, p. 02).

Sabido, ainda, que a compra e venda é contrato sinalagmático, ou bilateral perfeito, porque o comprador e o vendedor se obrigam reciprocamente um para com o outro, de forma tal que ambas as obrigações são essenciais e igualmente relevantes para o negócio jurídico.

É, ainda, comutativo, pois “as prestações de ambas as partes devem, em princípio, ser equilibradas. A vantagem que o recebimento do preço traz ao vendedor deve corresponder à vantagem obtida pelo comprador com a coisa” (José Osório de Azevedo Júnior, Compra e Venda, Troca ou Permuta, Editora Revista dos Tribunais, Biblioteca de Direito Civil, diversos autores coordenados por Miguel Reale e Judith Martins Costa, p. 21 e 22).

Pois bem. No caso em tela, as quotas sociais cedidas pelo falecido pai dos exequentes ao executado não eram boas, pois a sociedade já se encontrava em sérias dificuldades financeiras, que redundaram em sua falência, o que se constata pela retroação do termo legal da quebra.

Diante desse quadro, não parece razoável exigir do adquirente das quotas que pague o elevado preço convencionado pela venda (R\$ 800.000,00), sob pena de violação ao sinalagma contratual e a corresponsividade entre as prestações assumidas pelas partes.

Não faz o menor sentido determinar que o sócio que ficou com a integralidade das quotas de sociedade à beira da bancarrota pague ao outro sócio quase R\$ 1.000.000,00 por essas quotas, hoje desprovidas de qualquer valor.

5. Na verdade, os elementos de informação trazidos aos autos não permitem saber com certeza as razões que levaram à celebração do aludido negócio de cessão de quotas sociais por elevado valor, considerando que a sociedade já se encontrava em situação econômica difícil.

Seja como for, o fato é que não se afigura justo ou razoável impor

Superior Tribunal de Justiça

ao embargante o pagamento integral do preço se as quotas que lhe foram cedidas não eram boas, no sentido de que diziam respeito à empresa cuja quebra estava prestes a ocorrer. A medida, por certo, feriria o equilíbrio contratual, romperia seu sinalagma e a correspectividade entre as prestações.

O direito contratual é hoje iluminado por novos princípios de ordem pública (boa-fé objetiva, função social e equilíbrio contratual). O equilíbrio contratual chamado também de justiça contratual, “é a relação de paridade, ou equivalência, que se estabelece nas relações de troca, de modo que nenhuma das partes dê mais nem menos do valor que recebeu” (Fernando Noronha, O direito dos contratos e seus princípios fundamentais, Editora Saraiva, p. 214;).

No dizer de Antônio Junqueira de Azevedo, à luz do princípio da igualdade substancial, com inspiração no artigo 3º, III da Constituição Federal, o contrato não deve servir de instrumento para que, sob a capa de um equilíbrio meramente formal, as prestações em favor de um contratante lhe acarretem um lucro exagerado em detrimento do outro contratante (Princípios no novo direito contratual e desregulamentação do mercado, Revista dos Tribunais, vol 750, p. 7-26; também Teresa Negreiros, Teoria dos contratos novos paradigmas, Renovar, p. 156).

Não posso admitir que o cessionário pague aos herdeiros do cedente o valor integral das quotas sociais de empresa falida, cujo estado de insolvência é anterior ao negócio jurídico.

Agiu com acerto, portanto, o MM. Juiz de primeiro grau ao acolher os embargos à execução opostos pelo executado (e-STJ, fls. 252/254).

Como se infere do excerto acima transcrito, a verificação da suposta infringência aos preceitos indicados no recurso especial encontra-se obstada pela Súmula nº 7 do STJ, pois demandaria o reexame das circunstâncias fáticas delineadas na lide e que serviram de suporte ao Tribunal local para decidir.

Nessas condições, **CONHEÇO** ao agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator